

Economista acredita na manutenção dos direitos adquiridos e considera regime único inviável

Belluzzo defende ajustes na Previdência

MANUEL ALVES FILHO
manuel@reitoria.unicamp.br

A reforma da Previdência Social deverá ter uma amplitude menor do que a projetada inicialmente pelo governo federal. A previsão foi feita por Luiz Gonzaga Belluzzo, professor do Instituto de Economia (IE) da Unicamp e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão assessor da Presidência da República. Belluzzo abriu, no último dia 26 de março, o Ciclo de Debates sobre Previdência Social, promovido pela Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp).

Economista propõe previdência complementar pública

De acordo com ele, algumas questões que estão sendo discutidas pela sociedade não deverão sofrer alterações. Uma delas refere-se ao direito adquirido dos trabalhadores em vias de pedir aposentadoria. “Quem já cumpriu o tempo de serviço necessário ou atingiu o limite de idade não será afetado pelas eventuais mudanças. Isso é ponto pacífico”, afirmou. Durante o evento, Belluzzo defendeu a necessidade de ajustes no sistema previdenciário, mas assinou que eles devem vir apenas para corrigir as distorções existentes.

O docente da Unicamp considerou inaceitável, por exemplo, que a Previdência preserve dispositivos que permitam o pagamento de pensões da ordem de R\$ 18 mil. Belluzzo mostrou-se favorável a um sistema que classificou de “solidário”, por meio do qual fique garantido o pagamento de benefícios dignos aos aposentados e pensionistas. Nesse caso, o professor afirmou concordar com a taxação dos inativos. “Temos que universalizar tanto os direitos quanto os deveres”, ponderou.

Belluzzo destacou, porém, que é inviável estabelecer um regime único



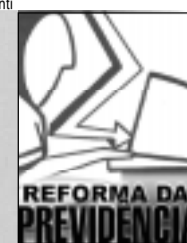
O professor Luiz Gonzaga Belluzzo: “Deveres também devem ser universalizados”

para a Previdência, situação que não ocorre em lugar nenhum do mundo, de acordo com ele. O especialista disse que é natural a existência de regimes especiais, de modo a dar segurança às “funções de Estado”, como a magis-

tratura. “É preciso dar garantias a essas funções, para o bem do exercício das mesmas. Eu não gostaria de ter uma ação julgada por um juiz que não tem certeza se terá ou não uma aposentadoria decente. Não se trata de con-

ceder privilégios, mas sim levar em conta certas especificidades da carreira”, explicou.

O membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social propôs que seja criado um modelo de



previdência complementar pública. A participação nesse sistema, segundo Belluzzo, deveria ser voluntária e não obrigatória. O fundo para pagamento de aposentadorias e pensões seria formado pelas contribuições e, como ocorre em alguns países, pela emissão de títulos públicos especiais. Nos Estados Unidos, por exemplo, esses papéis asseguram uma rentabilidade real de cerca de 5% ao ano.

As discussões em torno da reforma previdenciária têm mobilizado toda a sociedade, em especial os servidores públicos, caso de docentes e funcionários da Unicamp. Na edição que circulou entre os dias 24 e 30 de outubro, o **Jornal da Unicamp** abordou o assunto, ouvindo líderes de bancadas e membros da comissão que conduzirá as discussões na Casa. De maneira geral, os parlamentares demonstraram consenso em relação à necessidade de promover mudanças no sistema previdenciário, embora o mesmo não ocorra quanto aos detalhes dessa reforma. Um ponto, porém, parece unir a maioria dos deputados. Segundo eles, os direitos adquiridos deverão ser respeitados.

O Ciclo de Debates sobre a Previdência Social promovido pela Adunicamp prossegue nos dias 2, 3, 8, 10, 22 e 24 de abril, sempre a partir das 12h, no auditório da entidade. Participarão do evento Riccardo Belliofiore (Unioversità degli Studi di Bergamo/Itália), Julio César Vergara (Universidade de Buenos Aires), Dércio Garcia Munhoz (Universidade de Brasília), Mário Luiz Alves (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) e Paul Singer (Universidade de São Paulo). A entrada é franca e não exige inscrição prévia. Outras informações podem ser obtidas na home page da entidade (www.adunicamp.org.br) ou pelos telefones (19) 3788-2470 e 3788-2472.

Unicamp investe na escolarização de servidores

A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Preac) está promovendo, por meio da Agência para a Formação Profissional da Unicamp (AFPU), levantamento para identificar os servidores que não tiveram a oportunidade de estudar ou deixaram a escola antes da conclusão do ensino médio (antigo colegial). O objetivo é encaminhar os interessados aos programas de escolarização disponíveis na Universidade. De acordo com o diretor da AFPU, professor José Luiz Pereira, foram enviados formulários às cerca de 90 unidades e órgãos da Unicamp. Os primeiros dados começaram a chegar. “Assim que tivermos todas as informações em mãos, nós saberemos qual o universo que teremos que atingir. Em seguida, iniciaremos o planejamento das atividades e a formação das turmas. Por isso é importante que as unidades e órgãos devolvam os formulários o mais rápido possível” explica.

Devolução rápida de formulários é importante

O diretor da AFPU afirma que a expectativa é que esses servidores já estejam freqüentando as aulas a partir do segundo semestre deste ano. Atualmente, conforme o professor José Luiz Pereira, a Unicamp disponibiliza três diferentes programas de escolarização aos seus funcionários. Um deles é o Programa de Alfabetização Solidária (PAS), que como o próprio nome diz é dirigido a pessoas que não dominam a escrita e nem a leitura. Há também os cursos oferecidos pelo Centro Estadual de Educação Supletiva (CEES), projeto que resulta de uma parceria entre a Universidade e a Secretaria de Esta-



Curso promovido pela AFPU: oportunidade para aqueles que não tiveram oportunidade de estudar ou deixaram a escola prematuramente

do da Educação. Nele, os funcionários podem cursar desde o ensino fundamental (1ª à 8ª série) até o ensino médio (1º ao 3º colegial).

Por fim, existe o supletivo ministrado nas telessalas da área da saúde, onde os servidores também cursam o ensino fundamental. Nesse

caso, as aulas são dadas por funcionários da Unicamp com formação superior, que atuam como voluntários. Alguns deles, conforme o dire-

tor da AFPU, são professores nas redes públicas de ensino. As turmas são formadas por 25 ou 30 alunos, e as aulas ocorrem em três horários diferentes, como forma de permitir a participação do maior número de pessoas possível (das 12h às 14h, das 15h às 17h e das 17h às 19h).

Segundo o diretor da AFPU, esses programas de escolarização sempre tiveram bons resultados, mas eram conduzidos isoladamente. Agora, informa o professor José Luiz Pereira, eles ficarão sob a coordenação da Agência. “Anteriormente, a AFPU não se envolvia nas atividades ligadas ao ensino formal. Acontece, porém, que a conclusão dos ensinos fundamental e médio faz parte da formação profissional dos nossos servidores. Atualmente, para uma pessoa ingressar no quadro funcional da Universidade, ela precisa ter pelo menos o ensino médio completo”, esclarece.

Além de contribuir para uma eventual ascensão profissional, a participação nos programas de escolarização também constitui instrumento de resgate da cidadania. “Isso sem falar na elevação da auto-estima do servidor”, afirma o diretor da AFPU. De acordo com ele, o esforço para valorizar os funcionários da Unicamp é um dos itens do programa da chapa encabeçada pelo então candidato à Reitoria, Carlos Henrique de Brito Cruz. “A atual Administração tem demonstrado vontade política para oferecer soluções aos problemas enfrentados nessa área”, sustenta. Outras informações sobre os programas de escolarização disponibilizados pela Universidade podem ser encontrados na home page da AFPU, no endereço www.afpu.unicamp.br. (M.A.F.)